

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2024 DO CONSELHO**
2 **ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ – CEPI/PR**

3 Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da
4 manhã, reuniram-se ordinariamente no Museu Paranaense, conselheiros(as) titulares e
5 suplentes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR, sociedade
6 civil e poder público, convidados e ouvintes. **Participantes: Conselheiros do Poder**
7 **Público:** Felipe Kamaroski/SEMIPI (suplente); Rosane Souza Freitas/SESA (suplente);
8 Dulcinéia Galliano Pizza/SETI (titular); Silvana Melo Ribas/SEED (titular); Caroline
9 Willrich/FUNAI (suplente); Claudir Nowothy/SUDIS (suplente); Josieli Spenassatto/SEEC
10 (titular), Melissa Colbert Bello/SEED (titular), Bruno/SEDEST (titular); Claudia
11 Staude/SEEC (suplente). **Conselheiros da Sociedade Civil:** Miguel Alves/Etnia Kaingang
12 (titular) ; Angelo K. Rufino/Etnia Kaingang (titular); Antoninho Karay Dalani/Etnia Guarani
13 (titular); Anderson da Silva/Etnia Xetá (suplente); Everton Cipriano/Etnia Kaingang (titular);
14 Rivelino Gabriel de Castro/Etnia Guarani (titular); Valdemar Kehunh Casseiro da
15 Silva/Etnia Kaingang (titular); Silas Ubirajara Donato de Oliveira/Etnia Kaingang
16 (suplente); Marcia Jera Pires de Lima/AMIOR (suplente); Izaias Benites/Etnia Guarani
17 (titular); Eloy Jacintho/Etnia Guarani (titular); Osmarina de Oliveira/CIMI (titular).
18 **Convidados/Ouvintes:** Camille Viera da Costa/DP-NUPIER; Ge Figueiredo/SEMIPI;
19 Natália Schmidt/SEMIPI; Kixirrá Jamamadi/AMIOR; Carolina/AMIOR, Léo Ribas, Ian
20 Oliveira dos Santos, Rosani do Rosário; Kájef Ará Rete; Franciele Alves da Silva/COPEL,
21 Giulia Bordim/IAT, Reginaldo/Sanepar, André Luiz Brandão/SESP. **Secretária Executiva**
22 **Interina:** Hayanne Iovanovitch. **Pautas:** 1. Boas-vindas do Presidente; 2. Verificação de
23 quórum; 3. Leitura e Aprovação das pautas; 4. Informes Gerais; 5. Aprovação das Atas
24 das reuniões dos dias 27 de março e 17 e 18 de julho; 6. Relato das Câmaras; 7. Nota
25 Pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - 22.491.969-7; 8. Caminhos do
26 Peabiru; 9. CUIA; 10. Salário dos agentes que atuam nas Escolas indígenas; 11. Situação
27 territorial do povo Xetá; 12. Acompanhamento do CEPI (Conselho Estadual dos Povos
28 Indígenas do Paraná) no conflito na Terra indígena de Queimadas, município de
29 Ortigueira-Paraná; 13. Acompanhamento e mediação do CEPI (Conselho Estadual dos
30 Povos Indígenas do Paraná) na criação e viabilização de uma Casa de Passagem no

31 município de Irati para atendimento de artesãs indígenas das aldeias da região; 14.
32 Acompanhamento do CEPI (Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná) no
33 acolhimento e recebimento das famílias artesãs que migram para o município de Curitiba
34 na CPCI (Casa de Passagem e Cultura Indígena); 15. Apoio e mediação do CEPI
35 (Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná) na regularização da Aldeia Kakanê
36 Porã; 16. Questão dos Avá Guarani e Xetá. Com início às treze e quarenta, a secretária
37 interina realiza a conferência do quórum. A plenária escolhe o Cacique Antoninho para
38 presidir a assembleia na ausência do presidente e vice. A **Secretária Executiva Interina**
39 avança com a leitura das pautas. **Antoninho/Etnia Guarani** pede a supressão da pauta
40 sobre o acolhimento das artesãs na casa de passagem indígena de Curitiba e a criação
41 de uma casa em Irati. **Carolina/AMIOR** esclarece que a pauta chegou até a AMIOR sobre
42 problemas na casa de passagem de Curitiba e o projeto para a criação de uma em Irati,
43 defende o mantimento desta discussão. **Káfej Ará Rete** reforça a fala anterior, e destaca
44 que a casa de passagem em Irati é demanda devido às violências que as comunidades
45 vêm enfrentando na região. **Felipe/SEMIPI** pergunta se ainda há discordância em manter
46 a pauta. Ninguém se manifesta e a pauta é mantida. Segue-se para a **5. aprovação das**
47 **atas das reuniões dos dias 27 de março e 17 e 18 de julho**. Alterações pedidas foram
48 realizadas e não há discordância, atas aprovadas. **Caroline/FUNAI** se apresenta como
49 substituta do Sauri, e pede para que realizem uma breve apresentação para que todos se
50 conheçam. A plenária faz uma rodada de apresentação. A **Secretária Executiva**
51 prossegue para a pauta **6. Relato das câmaras**, iniciando com da câmara de educação.
52 **Melissa/SEED** afirma que a câmara passou boa parte do tempo definindo sua auto-
53 organização, pensando primeiramente em um tempo para questões pontuais, ofícios e
54 demandas encaminhadas. E em segundo momento o relatório do que foi discutido na
55 Conferência, pois, é preciso definir um trabalho quanto a construção do plano de políticas
56 que passa por todas as câmaras. Ressalta a diferença de discutir sobre políticas públicas
57 a longo prazo, em vista de toda a logística e complexidade. Que precisam trabalhar a
58 partir de um cronograma, e precisam do curso de formação dos conselheiros, para que
59 sejam esclarecidos quais são as funções de cada um, capacidades e prazos dentro do
60 Conselho. Evidencia que alguns temas são extensos, que não cabem ser definidos
61 somente no Conselho, além de precisarem de diagnósticos aprofundados e mapeamento

62 de outras experiências similares. Discutiram a diferença do papel do Conselho em que
63 propõe políticas públicas e questões pontuais urgentes. Comenta sobre a possibilidade de
64 estabelecer uma organização específica para a elaboração do plano de políticas públicas
65 para a população indígena. Com relação aos ofícios recebidos, são devolutivas que não
66 necessitam de resposta imediata. Outro ponto da pauta foi a reivindicação de melhoria de
67 salário para os trabalhadores de serviços gerais administrativos das escolas indígenas,
68 das empresas terceirizadas. Em relação a essa reivindicação a proposta da câmara é que
69 a própria plenária acolha essa demanda, e que o Conselho se posicione diante da SEED
70 e da SEAP solicitando uma revisão desses salários, por ser muito baixo. **Felipe/SEMIPI**
71 destaca que o relatório do que foi discutido na Conferência vai fundamentar o documento
72 final que embasa o plano de políticas públicas. **Melissa/SEED** diz ser necessário definir
73 um cronograma para dar andamento a essas políticas públicas, pois há uma expectativa
74 em relação ao trabalho do Conselho e um desconhecimento do tempo e de quanto pode-
75 se fazer. Comunica também a importância de incluir as demais lideranças que não têm
76 cadeira no Conselho, já que os conselheiros da sociedade civil estão sendo cobrados por
77 outras comunidades indígenas. **Secretária Executiva Interina** pergunta se a plenária tem
78 alguma questão com relação aos relatos dessa primeira câmara. **Antoninho/Etnia**
79 **Guarani** complementa a informação de Melissa sobre os salários. O valor que está sendo
80 repassado para os agentes das escolas está impossibilitando de achar pessoas para
81 trabalhar nas escolas indígenas, já que o valor do bolsa família é maior do que o salário
82 ofertado. Foi realizado um ofício por ele direcionado ao Secretário de Educação do
83 Estado manifestando a situação salarial dos agentes de serviços gerais nas comunidades
84 indígenas. O ofício é apresentado. **Izaias/Etnia Guarani** expõe as dificuldades de acesso
85 à educação dos indígenas em Terra Roxa e Guaíra, gerando cortes no bolsa família.
86 Devido aos conflitos das retomadas e a dificuldade de acesso as comunidades, os ônibus
87 não chegam a Terra Indígena para buscar as crianças. **Izaias/ Etnia Guarani** pergunta se
88 os conselheiros da Secretaria de Educação - SEED têm conhecimento de algum
89 documento que enviaram justificando as ausências das crianças por falta de acesso às
90 escolas. Pergunta também se alguém da Secretaria de Educação pode esclarecer como
91 resolver esses problemas. **Camile/Defensoria Pública** diz que a resposta quanto ao
92 aumento de salário deve ser na licitação com a empresa terceirizada, aconselha

93 acrescentar no documento algo sobre o contrato de licitação no sentido de quando
94 vencerá, e se é possível aditar o contrato para ajustar o salário à realidade local, etc. A
95 plenária discute como será a melhor forma de encaminhar essas demandas.
96 **Melissa/SEED** fica em dúvida com relação à fala de Izaias, afirma precisarem de mais
97 informações sobre o caso em específico, diz não poder fazer um encaminhamento sem
98 mais informações, e sem o ofício que foi enviado, para poder auxiliar na questão. **Miguel**
99 **Alves/Etnia Kaingang** comenta também com relação à fala de Izaias, reclama a falta de
100 apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI sobre acompanhamento e
101 fiscalização das áreas de educação, sobre o transporte escolar e situações assim nas
102 Terras. Expõe a necessidade de cobrar mais esses órgãos que têm a responsabilidade de
103 fiscalizar e evitar que situações como essa aconteçam. **Izaias/Etnia Guarani** explica que
104 o município não está fornecendo ônibus até as escolas. Existe um acordo e um ofício que
105 manifestou um pedido de atenção, mas ainda não chegaram soluções. Algumas crianças
106 precisam andar de sete a oito km para conseguir chegar na escola. Sugere então reforçar
107 mais os órgãos públicos em relação a essa situação. **Caroline/FUNAI** diz ser um
108 problema constante nas aldeias e esses foram resolvidos com o Ministério Público - MP.
109 A FUNAI pode monitorar, e não fiscalizar como o MP. Coloca como proposta que o
110 Conselho proponha uma maneira de cortar o caminho e ir diretamente à SEED, para
111 saber como encaminhar. **Melissa/SEEC** Bolsa família é uma política de assistência, então
112 a questão não pode ser resolvida só com a educação, é interessante que ambas as
113 secretarias sejam pautadas para discutir a questão. **Encaminhamentos:** Definir um
114 trabalho com cronograma quanto à construção do plano de políticas que passa por todas
115 as câmaras. Curso de formação dos conselheiros. Posicionamento do Conselho diante da
116 SEED e da Secretaria da Administração e Previdência - SEAP solicitando uma revisão
117 dos salários dos servidores. Incluir as demais lideranças que não têm cadeira no
118 Conselho. Mais informações a respeito da situação das faltas das crianças e corte do
119 Bolsa Família na comunidade do Izaias. **Secretária Executiva** encaminha para o próximo
120 relato, da câmara de direitos humanos, direitos específicos e direitos das mulheres.
121 **Kxirá/AMIOR** começa o relato realçando a solicitação de uma cadeira para uma mulher
122 indígena no Conselho da Mulher. A segunda questão abordada é o Projeto Trânsito na
123 Escola em Rio das Cobras, onde existiu um parecer bem positivo porém com ressalvas.

124 Relata o problema de atropelamento de indígenas na comunidade, agravado devido
125 problemas de alcoolismo e da situação das estradas que oferecem perigo. O terceiro
126 ponto discutido foi sobre um pedido antigo de mapeamento e identificação das demandas
127 das comunidades indígenas, sobretudo onde se localizam mulheres artesãs indígenas. O
128 pedido ficou parado por muito tempo sem andamento e está agora sob a responsabilidade
129 do Conselho pensar no que pode ser feito. **Kxirá/AMIOR** afirma que para esse projeto
130 necessitam de recursos. Então há necessidade de solicitar os recursos de repasses
131 estaduais. Toca em outro ponto, a necessidade de estudo das entregas e recebimentos
132 de cestas básicas, valores totais. **Felipe/SEMIPI** afirma que o Conselho Estadual de
133 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, em um projeto interno, cedeu
134 parte do orçamento que foi encaminhado aos municípios para entrega de cestas básicas,
135 mas não houve retorno ou uma prestação devida do direcionamento desses recursos.
136 **Carolina/AMIOR** fala que esse é um projeto antigo, em que é importante estudar os
137 percursos das mulheres indígenas e priorizar o que elas têm a dizer sobre onde deveriam
138 estar as casas de passagem. **Kxirá/AMIOR** o próximo ponto defendido diz respeito a
139 situação da violência contra as mulheres indígenas. Pede que o caso Elza Kaingang seja
140 realmente investigado, que o(s) responsável(s) seja punido. Exige que o Conselho solicite
141 aos órgãos devidos que esse caso seja investigado com seriedade para que mulheres
142 indígenas vivam e vivam em paz. [Manifestação a favor das mulheres indígenas.]
143 **Secretária Executiva Interina** pergunta se há manifestações para encaminhar as pautas
144 seguintes. **Miguel Alves/Etnia Kaingang** se manifesta e gostaria de entender melhor o
145 que foi discutido por último. Declara que ele pessoalmente defende as mulheres, pois tem
146 três filhas, mas diz que precisam se organizar com todos os membros para que o
147 Conselho não se transforme em ambiente de protesto. Comunica novamente ser um
148 defensor das mulheres e que entende o que está sendo manifestado por elas, porém
149 dentro do Conselho devem priorizar as atitudes que já estão sendo tomadas nessa
150 situação. O problema não afeta exclusivamente as mulheres indígenas. O direcionamento
151 deve ser ao Ministério Público e aos órgãos responsáveis. Devem trabalhar com
152 prevenção da bebida alcoólica e das drogas dentro dos territórios e fora também.
153 Comenta de projetos e ações para solucionar esses problemas, conhecendo as
154 realidades. Confirma uma dificuldade de controlar problemas e proteger as mulheres e

155 crianças. Agradece por terem trazido essa realidade para que possam trabalhar na defesa
156 das pessoas e na resolução dos problemas com bebida e drogas. **Eloy/Etnia Kaingang**
157 pede desculpa pela falta no Conselho, e justifica que se fez presente nesse momento por
158 conta do grito das mulheres. Recepciona a denúncia e diz que o Conselho não deve ser
159 mais um lugar de opressão. Crime é crime. Pela vida das mulheres é necessário acolher
160 esse pedido de socorro e solucionar. **Elaine Teixeira** afirma que a Procuradoria está
161 disponível para essa reivindicação. **Encaminhamento:** Encaminhar o Projeto Trânsito na
162 Escola com ressalvas. Sugestão de criação de um programa de pesquisa em territórios
163 aldeados e não aldeados com parcerias de escolas, universidades e com contratação de
164 pesquisadores indígenas, além de um levantamento de artesãos indígenas, encaminhar
165 para a SETI. Informações a respeito dos recursos das cestas básicas. Encaminhar o caso
166 Elza Kaingang para a Câmara Técnica da Mulher e para os órgãos responsáveis por
167 investigar. **Secretária Executiva Interina** dá seguimento para a Câmara de Território.
168 **Rosane/SESA** comenta que tiveram que retomar algumas discussões principalmente em
169 relação à Guaíra e Terra Roxa, em vista do recebimento de protocolos. Discutiram
170 inicialmente sobre a situação de Guaíra, receberam uma resposta da Sanepar sobre a
171 disponibilização da água nos territórios de retomada, precisam da amenização do conflito,
172 e é necessário oficiar a Secretaria de Saúde Indígena - SESAI a respeito dessa situação e
173 o município com relação a situação da estrada que dá acesso às áreas retomadas.
174 Sugestão de informe que o cacique Izaias apresente o termo de audiência de mediação
175 realizada pelo TJPR em relação a Terra Roxa. Discussão sobre saúde mental junto à
176 SESAI, em que ficou definido que alguns caciques participarão de uma reunião Condisi e
177 que trarão atualizações sobre como a temática está sendo tratada em instâncias
178 superiores. Com relação à Balsa Nova, é necessário oficiar a Funai para ver a
179 regularização, e o município sobre a questão de água e transporte escolar.
180 **Valdemar/Etnia Kaingang** diz que a questão da saúde está sendo atendida.
181 **Claudir/SUDIS** complementa a fala de Valdemar em relação à Balsa Nova, na questão de
182 reintegração de posse a prefeitura estava pedindo para que os indígenas se retirassem, a
183 prefeitura não estava se mostrando amistosa, porém agora parece que a situação foi
184 amenizada. Em Terra Roxa referente a água, estão sem abastecimento e a precariedade
185 de estradas não facilita o acesso. Afirmaram que algum órgão precisa fazer a solicitação e

186 deve ser feito pagamento, ou a FUNAI ou a SESAI já que a Sanepar não pode fazer nada
187 de graça. **Caroline/FUNAI** quem solicita é quem faz o pagamento. **Claudir/SUDIS** essas
188 questões já estão como encaminhamentos. A plenária discute essas questões abordadas
189 pela câmara de território. **Secretária Executiva Interina** encaminha para o informe que
190 será feito pelo conselheiro Izaias. **Izaias/Etnia Guarani** comenta que liberaram uma caixa
191 d'água de doação de Foz do Iguaçu, que não é suficiente para todas as famílias mas que
192 já ajuda. Para a Sanepar abastecer precisa de pagamento. **Claudir/SUDIS** estão
193 discutindo para pedir mais uma caixa d'água, para que eles não fiquem sem água quando
194 uma se esgotar. **Izaias/Etnia Guarani** foi realizado um acordo para que tenha acesso
195 livre das pessoas entrarem, trabalhar na Tekoha Arakoe, mas não está sendo cumprido.
196 Já foi realizado um ofício que conta sobre o acordo com proprietário de que não atrapalhe
197 o povo indígena. A plenária discute como encaminhar essa discussão.
198 **Encaminhamentos:** Oficiar a DSEI Litoral Sul para complementar o atendimento em
199 saúde nos dois territórios de retomada em Terra Roxa. Oficiar SESAI para que fechem
200 contrato com a Sanepar, a fim de garantir o abastecimento de água da comunidade
201 Tekoha Arakoe e para fazerem a doação de ao menos uma segunda caixa, bem como a
202 infraestrutura necessária para instalação. Oficiar o município de Terra Roxa solicitando
203 melhoria nas condições da estrada de acesso a comunidade principalmente pensando no
204 acesso de caminhão-pipa. Reforçar pedido de manutenção do trecho na estrada de
205 Guaíra, indicado pelo próprio município, para acesso à comunidade. Oficiar órgãos
206 competentes para agilizar o processo de oferta de água e luz para o território de retomada
207 em Morro do Cristo, em Balsa Nova, São Luiz do Purunã. Retomada da questão de saúde
208 mental na próxima reunião do Conselho. Elaboração de um ofício para reiterar o acordo
209 com o proprietário na Tekoha Arakoe. **Secretária Executiva Interina** segue para a
210 próxima pauta. **7. Nota Pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos -**
211 **22.491.969-7; 8. Felipe/SEMIPI** é uma nota pública não tem muito o que fazer a respeito.
212 **Dulcineia/SETI** é uma nota, é acatada, e não é requisitada uma resposta sobre.
213 **Secretária Executiva Interina** encaminha para a próxima pauta, **8 - Caminhos do**
214 **Peabiru.** A plenária entra em acordo que não há defesa da pauta nem manifestações, a
215 discussão fica para o próximo momento. Segue-se com a pauta **9 - CUIA.** **Dulcineia/SETI**
216 reunião sobre solicitação de assinaturas, manutenção da prova oral, vestibular indígena.

217 Estão fazendo as inscrições para as universidades indo até as comunidades. Serão duas
218 provas de guarani e duas de kaingang. Houve solicitação de retirada de outras provas de
219 idioma, mas não é possível retirar, precisa de uma segunda língua na prova, que já é
220 atendida no idioma de origem dos indígenas. O auxílio transporte foi complicado, não foi
221 possível. **Secretária Executiva Interina** pauta **10 – Salário dos agentes que aruam nas**
222 **Escolas Indígenas** já tratada. A pauta **11 - Situação territorial do povo Xetá** será
223 deixada para o dia seguinte. Seguem com a pauta **12 - Acompanhamento do CEPI**
224 **(Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná) no conflito na Terra indígena**
225 **de Queimadas, município de Ortigueira-Paraná. Márcia/AMIOR** sobre o município de
226 Ortigueira. A AMIOR acompanha a demanda das mulheres, garantindo a segurança delas
227 e dos familiares. **Carolina/AMIOR** precisa ser pensado coletivamente que quando ocorre
228 os conflitos as mulheres não podem perder seus empregos. **Encaminhamento:** avaliar
229 essas demissões. **Felipe/SEMIPI** realiza uma explicação técnica, em que não existe o
230 que o judiciário fazer, por ser questão interna da comunidade. **Antoninho/Etnia Guarani**
231 explica como a situação fica complicada dentro da comunidade indígena se for interferida,
232 dentro do regimento do CEPI fica exposto isso. **Kxirá/AMIOR** fala sobre a demanda de
233 concurso público. **Everton Cipriano/Etnia Kaingang** já existe essa demanda desde a
234 conferência em Foz. **Antoninho/Etnia Guarani** sobre carta de anuência, fala sobre
235 preocupação que indígenas utilizam. **Anderson/Etnia Xetá** sobre carta de anuência de
236 quem utiliza da forma errada, não deve ser generalizado. Fala sobre apoio às mulheres
237 indígenas. **Felipe/SEMIPI** pauta da casa de passagem. **Kafej/AMIOR** faz saudações aos
238 presentes, e relata como é dolorido ver que não estamos sabendo lidar com nossos
239 homens, que se sente triste com tentativas de silenciamento da voz das mulheres diante
240 de denúncias. Relata que fizeram uma carta sobre as questões da casa de passagem de
241 Irati, que fala sobre violências morais, psicológicas e injúrias sofridas. A casa de
242 passagem em Irati foi colocada as pressas, em cima de violências. Querem o direito de
243 transitar em todos os territórios, por onde passamos é nosso território. Os povos
244 indígenas tem direito de ter casas de passagem em todo o território de Pindorama, não
245 somente no Paraná. Se coloca a disposição para mais esclarecimentos, a AMIOR pode
246 disponibilizar o contato dela. **Carolina/AMIOR** afirma que a cadeira das mulheres não
247 vem para enfrentar os caciques. Mas que funciona para dar voz às mulheres. **Everton**

248 **Cipriano/Etnia Kaingang** afirma que já tem casa de passagem em Irati, portanto há
249 alguns equívocos na fala, talvez não tenham conhecimento, mas a casa já existe e é
250 coordenada por Alessandra Colesal. **Kafej/AMIOR** interrompe a fala e esclarece que
251 Alessandra Colesal foi uma das pessoas que os violentou, cometeu injúria e fez mal para
252 lideranças no território. Dentro da carta de denúncia não falam nomes, mas essa é uma
253 das pessoas que cometeu violência contra ela e outras lideranças dentro do território
254 quando eles foram atrás de conseguir a casa de passagem, que hoje é coordenada pela
255 mulher mencionada. Pede que leiam a carta de denúncia, chegaram a ir nos territórios
256 indígenas e pedir que os indígenas não saíssem do território. **Everton Cipriano/Etnia**
257 **Kaingang** tem que ser mais esclarecido, pois todos estão errados em uma história mal
258 contada, afirma não ter conhecimento sobre a carta. A casa existe, infelizmente não
259 atende todas as demandas, mas pode melhorias podem ser colocadas em pauta.
260 **Kafej/AMIOR:** afirma estar sem palavras para aferir o que o *jurua* (não indígena) é capaz
261 de fazer, como ele consegue. Mas estamos aqui, vivos, temos provas, pessoas que
262 podem falar e explicar toda a histórias e as reivindicações. Repete Alessandra Colesal foi
263 uma das pessoas que os violentou, que cometeu injúria contra ela, contra lideranças, que
264 inclusive pessoas tiveram que sair do território. **Carolina/AMIOR** faz a leitura da carta que
265 descreve o processo para a formação da Casa de Passagem de Irati, e afirma que não
266 foram atendidas as demandas da comunidade indígena apesar da casa de passagem
267 existir, precisam analisar as demandas e as injúrias. **Encaminhamentos:** a AMIOR ficou
268 responsável por fazer um levantamento mais apurado da questão, trazer relatos mais
269 detalhados e enviar a carta de denúncia feita ao conselho para que, com mais
270 informações, o conselho possa deliberar ações mais diretas. Reunião encerrada. Esta ata
271 foi redigida durante a reunião por Ge Figueiredo (est.) e Natalia Schmidt (est.) e revisada
272 pela Secretaria Executiva Taise Alessandra Passos.